

“Notas sobre os limites e as possibilidades da contribuição do trabalho de campo para a pesquisa geográfica”

Solismar Fraga Martins*

Resumo

O presente artigo sobre os limites e as possibilidades da contribuição do trabalho de campo para a pesquisa geográfica é resultado da reflexão sobre as leituras e as discussões realizadas na disciplina Orientação da Pesquisa Geográfica. Tais leituras levaram em consideração autores que tiveram a preocupação no desenvolvimento da própria epistemologia, como Chalmers, Cardoso e Feyerabend, entre outros. Procura trazer outros autores que trataram também minuciosamente algumas questões relativas ao trabalho de campo, mais especificamente sobre o trabalho qualitativo nas ciências sociais, como Demo e Triviños. Não se descartou a premissa de que os autores referidos não são geógrafos. Portanto, as manifestações aqui contidas deverão ser adaptadas aos trabalhos de pesquisa empírica da Geografia Humana. Por que forçosamente crio este hiato? Por causa da própria complexidade do objeto de estudo da Geografia, um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações.

Palavras-chave: Pesquisa geográfica, Trabalho de campo.

Abstract

The present article about the limits and possibilities of the contribution of field trip for geographical research is the result

* Professor Assistente do Departamento de Geociências da Fundação Universidade Federal do Rio Grande e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina – (solismarfm@terra.com.br).

from a reflection on readings and discussions carried out in the course 'Gographical Research Orientation'. Such readings took into account authours who were concerned with the development of epistemology like Chalmers, Cardoso, Feyerabend among others. This article also brings other authors who dealt with questions related to field trip more specifically about the qualitative work in social science like Demo and Trivinhões. The statement that the referred authours were no geographers was considered. Therefore, the manifestations enclosed here should be adapted to the Human Geography. Why do I point out this gap? For the own complexity of the object of Geography, a set of systems of objects and systems of actions that cannot be separated.

O presente artigo tem como objetivo propor elementos para uma discussão a respeito dos limites e as possibilidades da contribuição do trabalho de campo para a pesquisa geográfica, principalmente no âmbito da Geografia Humana. Para isso foram utilizados desde autores oriundos das ciências duras como os físicos Chalmers (2000) e Feyerabend (1985) até aqueles mais preocupados com a epistemologia nas ciências sociais, como Cardoso (1988), Demo (1995) e Triviños (1994). Sendo que os três últimos autores apresentam uma maior contribuição quanto à pesquisa qualitativa.

Segundo Cardoso (1988:99), o método qualitativo oferece dificuldades quando ocorre um desencontro entre as introduções teóricas, que aparecem mais como uma declaração de princípios, e a apresentação do material de pesquisa.

Não se rejeita a premissa de que os autores citados não são profissionais diretamente ligados a Geografia, no entanto, as declarações inseridas neste artigo necessitam ser adaptados aos trabalhos de campo da Geografia Humana. Ora, sendo o objeto da Geografia um conjunto indissociável de sistemas de objetos e

sistemas de ações¹, somente aí já dispomos de um imbróglio bastante grande a ser desvelado, mas que não é cerne do presente texto. Não poderia deixar de citar ainda as contribuições ao recente artigo dadas por profissionais da Geografia como Paulo Cezar da Costa Gomes e Iná Elias de Castro.

Independente do método de trabalho a ser usado, é imprescindível partir de uma boa pergunta, cuja resposta se transformará no próprio estudo. Não é fácil e demandaria transpor várias etapas, diria até piagetianas, para chegar a sua melhor delimitação.

Beaud (2000) mostra que um trabalho prático exige prévio conhecimento da questão estudada e de suas hipóteses principais, concluindo: *"sem isso, como estabelecer um questionário de investigação ou modelo de análise realmente úteis?"* (BEAUD,2000:78)

As possibilidades da concretização de um bom trabalho de campo também dependerão do recorte espaço-temporal dado ao tema. Atualmente a Geografia não se preocupa somente com pesquisas que abrangem grandes áreas geográficas, mas também aborda questões mais particulares, como análises do cotidiano de um grupo distinto numa perspectiva fenomenológica, por exemplo. Isso não elimina o trabalho quantitativo, mas os dados obtidos devem ser mais bem trabalhados em virtude de não ideologizar-se ao extremo o próprio objeto de estudo a ponto de tornar-se maniqueísta. Demo (1995) chama a atenção para esse risco ao referir-se à possibilidade de uma ciência estar despida de ideologia, o que não é possível; porém, muitas vezes a ideologia mais inteligente se traveste de ciência. Nesse caso os exemplos são inúmeros.

Cardoso mostra outro risco ao pesquisador e seu objeto pesquisado: as longas introduções apresentadas nos trabalhos científicos, demonstrando os elos de ligação entre o pesquisador e

¹ O conceito de sistema de objetos e sistema de ações é dado na perspectiva de Milton Santos. *A natureza do espaço*. 2 São Paulo: Hucitec, 1997.

o grupo pesquisado, numa forma de legitimar e ir de encontro à idéia de neutralidade do pesquisador. No entanto, conforme a autora:

"a defesa do engajamento político e a demonstração de que o conhecimento não pode se libertar de uma certa dose de ideologia colocaram quase como uma exigência a definição do pesquisador como um aliado dos grupos e minorias discriminadas que também foram priorizados como objeto de estudo" (CARDOSO, 1988:99).

Outro aspecto importante na realização do trabalho de campo é o rigor metodológico tornar-se camisa de força e não permitir que descobertas mais aguçadas dentro do espírito científico possam sobressair-se, restando a constatação óbvia daquilo que já se prenunciava como resultado. Feyerabend (1985:29) cita alguns exemplos de pensadores que não se deixaram limitar por regras metodológicas óbvias ou porque acabaram violando-as.

Para Demo (1995; 163), *"a tentativa de trazer para o interior das ciências sociais a lógica do experimento é pelo menos tão velha quanto o próprio empirismo."*

Adiante serão esboçadas algumas das dificuldades encontradas em utilizar os experimentos comuns das ciências naturais para as ciências sociais utilizando a lógica do método das primeiras. Nesta comparação Demo diz que:

"Na realidade social nunca temos um único fator atuante destacável com facilidade: ele mesmo está imerso em estrutura mais complexa. Assim, o experimentador terá de se debater com o grande problema de neutralizar efeitos de fatores não pesquisados. Como não se pode eliminá-los perfeitamente, apela-se para a ação de "controle". O controle consiste de partida na determinação dos fatores que possivelmente estão ligados ao efeito estudado: a estes dá-se a denominação de fatores

relevantes, e é tarefa essencial para o início de qualquer experimentação” (DEMO, 1995:164).

Na perspectiva geográfica vale salientar que em seu objeto de estudo os problemas se acumulam em face da dificuldade de se fazerem os recortes temporais e espaciais necessários para o bom desenvolvimento do trabalho científico. Qual é o bom recorte temporal e espacial? Questão de difícil equação dada à complexidade dos objetos a serem analisados e que acabam determinando um método de trabalho. Isto se dá na tentativa de narrar a soma de eventos ali realizados e que os mesmos só podem ser entendidos como um modelo espaço-temporal. Tal arquétipo corre sérios riscos quando transposto para o trabalho de campo pela complexa delimitação desse objeto de estudo que pode abarcar desde uma área geográfica bastante grande como uma nação, por exemplo, num período histórico também vasto, já que serão outros elementos que irão dar as limitações para que o trabalho não se perca na vastidão do tempo e do espaço a serem estudados. Castro (1995:118) mostra que: *"A abordagem geográfica do real enfrenta o problema básico do tamanho, que varia do espaço local ao planetário."* Essa autora ainda lembra que tal fato não é exclusivo da ciência geográfica. Posteriormente, entre várias manifestações sobre a dificuldade da apreensão da melhor escala para análise de um fenômeno, ela ainda demonstra como a utilização da escala cartográfica difere de uma escala geográfica. Ao analisar a escala como problema epistemológico, Castro (1995:129) ensina:

"A palavra escala é frequentemente utilizada para designar uma relação de proporção entre objetos (ou superfícies) e sua representação em mapas, maquetes e desenhos, e indica o conjunto infinito de possibilidades de representação do real, complexo, multifacetado e multidimensional, constituindo um modo necessário para abordá-lo. A prática de selecionar partes do real é tão banalizada que oculta a complexidade conceitual que esta mesma prática apresenta. Como não se trata apenas de tamanho ou de representação gráfica, é

preciso ultrapassar estes limites para enfrentar o desafio epistemológico que o termo escala e a abordagem fragmentada do real colocam."

Ao tratarmos com grandes escalas podemos encontrar recortes espaciais bastante pequenos quando esse sistema de objetos e de ações não corresponde ao palco em que o evento estudado irá ocorrer, mas será o próprio evento analisado. Críticas afora, nesse sentido os recortes espaciais e temporais são bem mais delimitados e se expressam algumas vezes nos trabalhos geográficos que narram a formação territorial de um lugar, podendo ser uma cidade, um lugarejo, um bairro etc. Nesse sentido, o trabalho do geógrafo se distingue do trabalho do historiador, embora não seja uma regra. O geógrafo pode e deve fazer um recorte sobre o objeto analisado com os mesmos olhos que o arqueólogo vê seu objeto de estudo. *"Para ambos, o objeto é, primeiro, um dado, cujo exame permite, depois, a construção social de sua realidade."*(SANTOS, 1997:60) A partir do lugar e da complexidade de seus objetos e ações, a Geografia pode estruturar o processo de construção desse objeto através do seu passado. Gomes (1997) levanta os riscos de a Geografia tornar seu objeto de estudo um *veículo para transformar as formas espaciais visíveis em um objeto de conhecimento em si mesmo*. Esse autor ainda salienta a dificuldade, ao que ele chama de *razão classificatória*, para transmutar as formas espaciais visíveis em objeto de conhecimento em si próprio. No entanto, Gomes (1997:24) oferece duas alternativas que comumente acabaram impondo-se nessa perspectiva:

"A primeira foi a descrição minuciosa e exaustiva do único, do singular, do diferente, e neste sentido a descrição carregava nas cores de tudo aquilo que diferisse do resto; a segunda se constitui na tentativa de criar formas-tipo, associadas também a processos-tipo, e nesta perspectiva procurava-se o que era geral e uniforme. No primeiro caso, a Geografia procurava se justificar fazendo apelo à idéia de uma curiosidade

gratuita e pouco operacional. No segundo, o nível de relação entre forma e processo parecia tão simples que a generalidade se transforma em banalidade."

Já Castro (1995:136) demonstra como a modificação de escala pode levar a outra perspectiva do objeto estudado devido às alterações na observação que dessa mudança decorrerão. *"As escalas, portanto, definem modelos espaciais de totalidades sucessivas e classificadoras e não uma progressão linear de medidas de aproximação sucessivas."*

Esse limite de cunho geográfico transposto para o empírico pode levar a um dos resultados citados por Gomes ao seguir-se tais perspectivas, o que é comum hoje em trabalhos acadêmicos na Geografia.

Convém salientar que, se a Geografia ainda não construiu um conteúdo epistemológico consistente, o conhecimento nela produzido continua a ser valorizado, tanto nos meios militares, quanto, principalmente, pelo espaço que ocupa nos sistemas educacionais como disciplina obrigatória.(GOMES, 1997:32)

Voltando-se mais para a pesquisa de campo no embate quantitativo/qualitativo, a história do pensamento geográfico é bastante rica: na década de 1970 produzia um conhecimento geográfico que partira de fórmulas matemáticas e se encerrava no próprio resultado de sua formulação, carecendo de criticidade mais expressiva; recentemente muitos rompem de forma abrupta com o trabalho quantitativo e se voltam para o trabalho qualitativo.

Augusto Trivínos (1994) salienta essa mudança de comportamento nas ciências sociais, principalmente na educação, criando uma falsa dicotomia quantitativo-qualitativo. O mesmo autor expressa que os trabalhos quantitativos baseiam-se fundamentalmente no positivismo e no empirismo, enquanto que as posições qualitativas se estruturam a partir da fenomenologia e do marxismo. (TRIVINÓS, 1994:117)

Decorrem daí as duas principais correntes em que a pesquisa qualitativa se calcará: o marxismo, que já tem uma história mais próxima e que perdura algumas décadas com o

pensamento geográfico brasileiro, e a fenomenologia, mais difundida nos meios acadêmicos geográficos nacionais no fim do século e começo do novo milênio.

Para Trivinho (1994:118), toda pesquisa pode ter elementos resultantes da pesquisa quantitativa e qualitativa, e os dados estatísticos devem ser usados como instrumento auxiliar do pesquisador, não como instrumento fundamental, pois nesse caso o trabalho termina onde verdadeiramente deveria estar começando.

Outro elemento importante destacado por Trivinho é que a pesquisa quantitativa parte de paradigmas dedutivistas, ao contrário da pesquisa qualitativa, que a partir da etnografia estrutura-se em paradigmas indutivistas.

Importante no trabalho de campo a partir da análise qualitativa é a capacidade de autocorreção: durante a realização de um trabalho de campo, circunstâncias podem ocorrer que se torne premente rever alguns questionamentos já estruturados. Tal fato não ocorre normalmente na pesquisa em que os elementos quantitativos prevaleçam, porquanto as hipóteses devem ser testadas com amostras antes de se realizar o próprio trabalho de campo. Quanto a esta tarefa na pesquisa qualitativa e a dificuldade de não se perder dentro das possibilidades existentes, Trivinho (1994:124) esclarece:

"Sua tarefa não é simples, porque não existe nada mais complexo que desvendar os propósitos ocultos ou manifestos dos comportamentos dos indivíduos e das funções das instituições de determinada realidade cultural e social."

Ainda quanto aos limites e possibilidades do trabalho de campo na pesquisa geográfica, Demo (1995:141) afirma que os fatos destituídos de idéias são superficiais, enquanto que idéias sem fatos não são históricas. Portanto, há uma dialética indissociável entre ambas.

"A mente humana não consegue apenas retratar fatos, porque inevitavelmente os interpreta, o que significa: em toda pretensa constatação há componentes

generalizantes teóricos que não provêm da constatação. Não existe mente totalmente vazia, destituída de pré-conceito. Portanto, o dado é muito mais um produto do que um achado” (DEMO, 1995:141).

Para encerrar este breve artigo sem ter a pretensão de concluí-lo, podemos afirmar que o trabalho de campo na pesquisa geográfica à luz do debate contemporâneo está permeado de possibilidades e de limites. Possibilidades oriundas dos diversos métodos disponíveis pela própria ciência social em apontar problemas e buscar-lhes soluções. E limites, como ensina Demo, de correr o risco de fazer ciência anti-social, ao identificar problemas sem apontar-lhes soluções. Isto representa um primeiro limite dentro do trabalho de campo para a Geografia e outras ciências sociais. Mas existem muitos outros, sejam oriundos da própria epistemologia que tem de reproduzir-se e afirmar-se, tornando-se difícil legitimar o novo e o diferente, pelas próprias dificuldades de uma ciência em construção que se renova e se remodela, na busca incessante de apreender um espaço geográfico em que fixos e fluxos são cada vez mais unívocos, ambivalentes, contraditórios e, portanto, de difícil compreensão. Este é um desafio ao método.

Referências bibliográficas

- BEAUD, Michel. **Arte da tese: como preparar e redigir uma tese de mestrado, uma monografia ou qualquer outro trabalho universitário**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- CARDOSO, Ruth. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. IN: CARDOSO, Ruth (Org.) **A aventura antropológica. Teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p.95-105.
- CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo Cezar da C; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

- CHALMERS, Alan. **O que é ciência afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1997.
- DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3 São Paulo: Atlas, 1995.
- FEYRABEND, Paul. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- GOMES, Paulo Cezar da Costa. Geografia e fin-de-siècle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões: In: Iná E. de Castro et al. **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 2º. São Paulo: Hucitec, 1997.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1994.